

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, COM GARANTIA REAL, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA
CELULOSE IRANI S.A.**

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **CELULOSE IRANI S.A.**, sociedade por ações devidamente constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Capital do Estado do Rio Grande do Sul, na Rua General João Manoel, 157 - 9º andar, CEP 90.010-030, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 92.791.243/0001-03, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Emissora"),

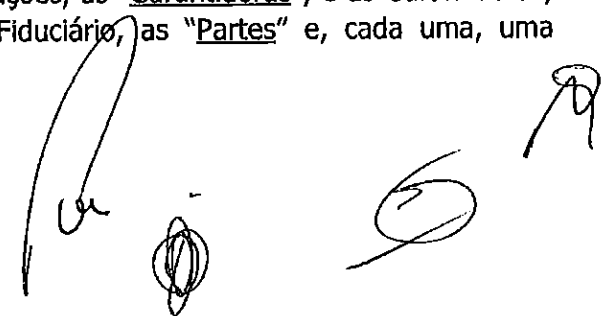
como agente fiduciário da presente emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das Debêntures (conforme definido abaixo),

(b) **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representado nos termos do seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário"),

e, na qualidade de garantidores,

(c) **IRANI PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua General João Manoel, 157, 16º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 86.861.515/0001-00 ("Irani Participações"), e

(d) **IRANI TRADING S.A.** sociedade anônima devidamente constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Capital do Estado do Rio Grande do Sul, na Rua General João Manoel, 157 - 9º andar, CEP 90.010-030, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 89.612.337/0001-63, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Irani Trading") e, conjuntamente com a Irani Participações, as "Garantidoras", e as Garantidoras, conjuntamente com a Emissora e o Agente Fiduciário, as "Partes" e, cada uma, uma "Parte"),



vêm celebrar o presente Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Celulose Irani S.A. ("Escritura de Emissão" e "Emissão", respectivamente), em observância às seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 11 de março de 2010 ("AGE"), nos termos do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.2. A prestação de garantia fidejussória pela Irani Participações nos termos desta Escritura de Emissão foi autorizada pelo Conselho de Administração da Irani Participações, em reunião realizada em 1º de julho de 2009, cuja ata foi registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul em 16 de junho de 2009 sob o n. 3143151, publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e no Jornal do Comércio de Porto Alegre nas edições do dia 08 de julho de 2009 ("RCA Irani Participações"), não havendo qualquer pendência de ordem societária ou regulatória adicional a ser cumprida para que a garantia esteja formalizada de forma completa e nos termos legais.

1.3. A prestação de garantia fidejussória pela Irani Trading nos termos desta Escritura de Emissão foi autorizada pela Assembleia Geral Extraordinária da Irani Trading, em reunião realizada em 11 de março de 2010 ("AGE Irani Trading"), não havendo qualquer pendência de ordem societária ou regulatória adicional a ser cumprida para que a garantia esteja formalizada de forma completa e nos termos legais, exceto quanto ao registro das atas e desta Escritura de Emissão nos registros públicos competentes.

Cláusula Segunda – DOS REQUISITOS

2.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e na Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA

2.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com a intermediação do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. (o "Coordenador Líder"), nos termos da Instrução n.º 476 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 16 de janeiro de 2009 ("Oferta Restrita") e "Instrução CVM n.º 476/09",

respectivamente), em conjunto com o Banco Itaú BBA S.A., Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Rabobank International Brasil S.A. (em conjunto com o Coordenador Líder, os "Coordenadores").

2.1.2. Nos termos da Instrução CVM n.º 476/09, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada do registro perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

2.1.3. A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro perante a Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do Código de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

2.2. Registro na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul e Publicação das Atas

2.2.1. A ata da AGE será registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul ("JUCERGS") e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, no Jornal do Comércio de Porto Alegre – RS e no jornal Valor Econômico.

2.2.2. A ata da AGE Irani Trading será arquivada na JUCERGS e publicada no (i) Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e (ii) no Jornal do Comércio de Porto Alegre - RS.

2.3. Inscrição desta Escritura de Emissão na JUCERGS

2.3.1. A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão inscritos na JUCERGS, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro das Garantias Reais

2.4.1. Os Contratos de Garantia deverão ser registrados pela Emissora junto aos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos e/ou Cartórios de Registro de Imóveis competentes, observados os prazos e modo indicados no item 4.15 abaixo.

2.5. Registro para Distribuição e Negociação

2.5.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação

no mercado secundário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo as Debêntures distribuídas, negociadas, liquidadas e custodiadas na CETIP.

2.5.2. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM n.º 476/09 ("Investidores Qualificados"), e depois de decorridos 90 (noventa) dias da respectiva subscrição ou aquisição, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM n.º 476/09.

Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Séries

3.1.1. A Emissão será realizada em série única.

3.2. Valor Total da Emissão

3.2.1. O valor total da Emissão será de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abalxo).

3.3. Quantidade de Debêntures

3.3.1. Serão emitidas 100 (cem) debêntures (as "Debêntures" e, cada uma Individualmente, "Debênture").

3.4. Destinação de Recursos

3.4.1. Os recursos captados por meio da Oferta Restrita serão empregados para liquidação de dívidas de curto prazo e/ou dispêndios realizados e a realizar dentro das atividades agroindustriais da Emissora.

3.5. Número da Emissão

3.5.1. A presente Escritura de Emissão representa a 1ª (primeira) emissão pública de debêntures da Emissora.

The bottom of the page features three handwritten signatures in black ink. The first signature on the left is a stylized, cursive 'M'. The second signature in the middle is a circular stamp or seal, also in cursive. The third signature on the right is a more complex, flowing cursive signature. There are also some faint, illegible markings and a small circular mark near the first signature.

3.6. Banco Mandatário e Agente Escriturador

3.6.1. O banco mandatário da Emissão é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário").

3.6.2. A instituição depositária e agente escriturador das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 61.194.353/0001-64 ("Agente Escriturador").

3.7. Limite de Emissão

3.7.1. A Emissão atende ao limite estabelecido no artigo 60, §1º, alínea "a" da Lei das Sociedades por Ações dado que, na Data de Emissão, o valor avallado de liquidação forçada dos imóveis objeto dos contratos de garantia real descritos no item 4.15.1, alíneas "a" e "b", é de R\$138.952.995,00 (cento e trinta e oito milhões, novecentos e cinquenta e dois mil e novecentos e noventa e cinco reais), sendo, portanto, o valor total das Debêntures equivalente a aproximadamente 72% (setenta e dois por cento) do valor dos imóveis objeto dos contratos de garantia real descritos no item 4.15.1, alíneas "a" e "b", inferior, portanto, ao limite legal de 80% (oitenta por cento).

Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação e Plano de Distribuição

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09, sob regime de garantia firme para a totalidade das Debêntures, com a intermediação dos Coordenadores, observados os termos e condições definidos no "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Celulose Irani S.A." ("Contrato de Distribuição"), celebrado entre a Emissora e os Coordenadores.

4.1.2. Em observância ao disposto na Instrução CVM n.º 476/09, a Oferta Restrita será destinada exclusivamente a Investidores Qualificados, observado que (i) somente será



permitida aos Coordenadores a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados e (II) as Debêntures somente poderão ser subscritas e integralizadas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

4.1.3. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da CETIP.

4.1.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando estar cientes de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão; e (iii) os processos de georreferenciamento, de que trata a Lei 10.267, de 28 de agosto de 2001 (conforme alterada), dos imóveis objeto do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel Iranl e do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel Trading (conforme definido abaixo) não estão, nesta data, concluídos.

4.2. Data de Emissão das Debêntures

4.2.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 25 de março de 2010 ("Data de Emissão").

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.4.1. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo registro do Agente Escriturador e, adicionalmente, para as Debêntures custodiadas no SND, será expedido extrato pela CETIP em nome dos titulares de Debêntures (os "Debenturistas") que igualmente servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.



4.5. Espécie

4.5.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real.

4.6. Preço de Subscrição e Forma de Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e Integralização, podendo ser colocadas com ágio ou deságio, a ser definido, se for o caso, no ato de subscrição das respectivas Debêntures.

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição.

4.7. Prazo de Vencimento

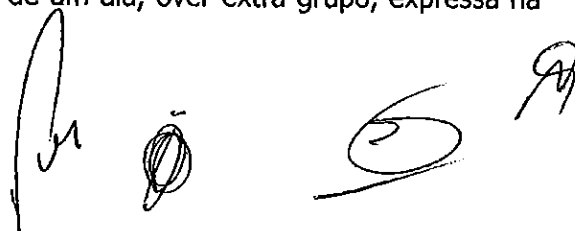
4.7.1. As Debêntures terão prazo de vigência de 60 (sessenta) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 25 de março de 2015 ("Data de Vencimento").

4.8. Amortização Programada

4.8.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 8 (oito) parcelas semestrais e iguais, no valor de R\$125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais) para cada Debênture, sendo a primeira parcela devida em 25 de setembro de 2011 e as demais semestralmente, vencendo-se a última na Data de Vencimento. As parcelas semestrais serão devidas nos dias 25 de março e 25 de setembro, conforme aplicável. Caso alguma data de amortização programada venha a incidir em dia que não seja Dia Útil, a Emissora efetuará tal pagamento no 1º (primeiro) Dia Útil imediatamente posterior. Para os fins da presente Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa qualquer dia em que bancos estejam autorizados a abrir ou não estejam obrigados a fechar na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e/ou na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

4.9. Remuneração

4.9.1. As Debêntures farão jus à remuneração equivalente à variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, over extra grupo, expressa na



forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (www.cetip.com.br) ("Taxa DI"), capitalizada exponencialmente de *spread* de 5,00% (cinco por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, Incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do Período de Capitalização (conforme definido abaixo) imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento (exclusive), de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1)$$

onde:

J valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator de Juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator de Juros} = \text{FatorDI} \times \text{FatorSpread}$$

Onde,

FatorDI produtório das Taxas DI_k da data de início do Período de Capitalização (inclusive) até a data de cálculo da Remuneração (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

n número total de Taxas DI consideradas na apuração do "Fator DI",

sendo "n" um número inteiro;

k número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

TDI_k Taxa DI de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k Taxa DI de ordem k divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

FatorSpread sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DUP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread 5,0000;

DUP número de dias úteis entre a Data de Emissão ou data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, e a data atual (exclusive), sendo "DUP" um número inteiro.

Observações:

(I) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais

divulgado pela CETIP;

- (ii) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (iii) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e
- (iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.9.2. A Remuneração será devida semestralmente nos dias 25 de março e 25 de setembro, sendo o primeiro pagamento devido no dia 25 de setembro de 2010 e o último na Data de Vencimento (cada, uma "Data de Pagamento da Remuneração"). Caso alguma Data de Pagamento da Remuneração venha a incidir em dia que não seja Dia Útil, a Emissora efetuará tal pagamento no 1º (primeiro) Dia Útil imediatamente posterior.

4.9.3. O período de capitalização da Remuneração é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração, do respectivo período (exclusive) ("Período de Capitalização").

4.9.4. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.9.5. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI_k pela CETIP, será utilizada na apuração de TDI_k a última Taxa DI_k divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI_k que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI_k for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

4.9.6. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI_k por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados (i) do primeiro dia em que a Taxa DI_k não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos previstos no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e na presente Escritura de Emissão) para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13/03 e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última Taxa DI_k divulgada será utilizada na apuração do Fator DI quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.9.7. Caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures em circulação, nos termos do item 4.9.6 acima, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por umas das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar ao Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (a) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, mediante pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, a Taxa DI_k a ser utilizada para a apuração de TDI_k no cálculo da Remuneração será a última Taxa DI_k disponível; ou
- (b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento. Nesta alternativa, caso a Emissora pretenda realizar a amortização das Debêntures em mais de uma data, a

amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares de Debêntures em circulação. Durante o cronograma estipulado pela Emissora para amortização das Debêntures e até a amortização integral das Debêntures em circulação, as Debêntures farão jus à nova remuneração a ser definida pelos Debenturistas e apresentada à Emissora na Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o item 4.9.6. acima.

4.9.8. Farão jus à Remuneração os Debenturistas que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

4.10. Repactuação Programada

4.10.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.11. Vencimento Antecipado

4.11.1. Observado o disposto nos itens 4.11.2. a 4.11.4. abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora dos valores previstos no item 4.11.4. abaixo, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses ("Eventos de Vencimento Antecipado"):

- (i) não pagamento, pela Emissora, das obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão;
- (ii) falta de cumprimento pela Emissora e/ou pelas Garantidoras de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanada em 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento, pela Emissora, de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- (iii) caso provem-se falsas ou revelem-se incorretas ou enganosas, quaisquer declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pelas Garantidoras nos Documentos da Emissão (conforme definido abaixo);
- (iv) inadimplemento, nas datas de pagamento ou vencimento antecipado, de qualquer obrigação financeira devida pela Emissora, Garantidoras e/ou suas controladas a terceiros, cujo valor principal individual ou agregado seja igual ou

superior a R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), corrigidos pela variação acumulada do IGP-M ou índice que vier a substituí-lo a partir da Data de Emissão, ou o equivalente em outras moedas, desde que tal inadimplemento não seja sanado dentro dos prazos de cura ou retificação previstos nos respectivos instrumentos, caso aplicável;

- (v) alienação ou constituição de quaisquer ônus ou gravames sobre qualquer bem integrante do ativo permanente ou do ativo imobilizado da Emissora, Garantidoras e/ou suas controladas, salvo quando se tratar de:
- a) bens inservíveis ou obsoletos;
 - b) ativos florestais e/ou terras ligadas aos respectivos ativos florestais não oferecidos em garantia nos termos dos Documentos da Emissão;
 - c) bens, incluindo ações das controladas da Emissora, já gravados ou onerados na Data de Emissão;
 - d) garantia prestada ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, ou ao respectivo agente financeiro de repasse do BNDES, no âmbito de operações de financiamento;
 - e) garantia prestada a instituições financeiras que não o BNDES, para operação de financiamento de máquinas e/ou equipamentos necessários ao desempenho das atividades da Emissora, das Garantidoras e/ou suas controladas;
 - f) no caso de alienação, bens que sejam substituídos por novos de idêntica finalidade; ou
 - g) adicionalmente aos itens anteriores, bens que representem, em uma ou cumulativamente em uma série de operações, percentual inferior a 15% (quinze por cento) do ativo imobilizado da Emissora, apurado com base nas últimas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora disponíveis.
- (vi) pedido, por parte da Emissora, Garantidoras e/ou suas controladas, de qualquer plano de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora, Garantidoras e/ou suas controladas ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou ainda, se for

verificado estado de insolvência da Emissora, Garantidoras e/ou suas controladas, incluindo acordo de credores, nos termos da legislação aplicável;

- (vii) liquidação, dissolução, extinção, pedido ou decretação de falência da Emissora, Garantidoras e/ou suas controladas;
- (viii) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (ix) se a Emissora, Garantidoras e/ou suas controladas, direta ou indiretamente, tentar ou praticar qualquer ato visando anular, questionar, revisar, cancelar ou repudiar, por meio judicial, extrajudicial ou arbitral, qualquer dos Documentos da Emissão e/ou qualquer de suas cláusulas e condições;
- (x) alteração ou modificação do objeto social da Emissora, Garantidoras e/ou suas controladas que possa alterar substancialmente o ramo de negócios atualmente explorado por estas;
- (xi) aprovação de operações de fusão, cisão ou incorporação que envolvam a Emissora, as Garantidoras e/ou suas controladas sem a prévia anuência dos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco) por cento das Debêntures em circulação em primeira convocação, ou 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures em circulação em segunda convocação, em Assembleia Geral de Debenturistas, exceto operações de incorporação entre as referidas controladas que não envolvam a Emissora e/ou as Garantidoras;
- (xii) ocorrência de mudança de controle, direto ou indireto, da Emissora, de quaisquer das Garantidoras e/ou suas controladas, sem prévia anuência dos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco) por cento das Debêntures em circulação em primeira convocação, ou 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures em circulação em segunda convocação, em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (xiii) pagamento pela Emissora de juros sobre capital próprio e/ou qualquer outra forma de participação no lucro estatutariamente prevista e/ou qualquer forma de remuneração aos acionistas da Emissora que, no momento da deliberação para o seu respectivo pagamento, ultrapasse o valor do dividendo mínimo

obrigatório estabelecido por lei ou por seu Estatuto Social em vigor na Data de Emissão das Debêntures;

- (xiv) a Emissora, Garantidoras e/ou suas controladas realizar, direta ou indiretamente, qualquer transação ou série de transações (incluindo, entre outras, compra, venda, arrendamento ou troca de bens) com qualquer pessoa ou entidade relacionada, a menos que a referida transação ou série de transações sejam realizadas em termos e condições não menos favoráveis à respectiva pessoa, do que aqueles que teriam sido obtidos em uma transação comparável, em termos estritamente comerciais, com uma pessoa que não fosse uma entidade ou pessoa relacionada. Para esse efeito, a Emissora obriga-se a não conceder empréstimos ou adiantamentos a qualquer parte relacionada, exceto para controladas;
- (xv) ocorrência de qualquer procedimento de sequestro, arresto ou penhora de ativos da Emissora, Garantidoras e/ou suas controladas, cujo valor contábil individual ou agregado apurado em determinado momento represente mais de 10% (dez por cento) do ativo permanente consolidado da companhia, à época, levantado com base em suas últimas demonstrações financeiras, exceto se tal procedimento for suspenso, sobrestado, revertido ou extinto no prazo de até 30 (trinta) dias contado da ocorrência do respectivo evento;
- (xvi) protesto contra a Emissora, Garantidoras e/ou suas controladas, cujo valor individual ou agregado não pago, em conjunto ou isoladamente, ultrapasse R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), corrigidos pela variação acumulada do IGP-M ou índice que vier a substituí-lo a partir da Data de Emissão, ou o equivalente em outras moedas, salvo se: (i) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovados, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado do recebimento, pela Emissora, de comunicação formal enviada pelo Agente Fiduciário informando-a do respectivo evento ou (ii) o protesto for cancelado antes de tal prazo;
- (xvii) descumprimento de decisão judicial transitada em julgado determinando execução de títulos contra a Emissora, Garantidoras e/ou suas controladas, cujo valor individual ou agregado não pago, em conjunto ou isoladamente, ultrapasse R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), corrigidos pela

variação acumulada do IGP-M ou índice que vier a substituí-lo a partir da Data de Emissão das Debêntures, ou o equivalente em outras moedas, salvo se tal decisão judicial for suspensão dentro do prazo de até 15 (quinze) dias úteis;

- (xviii) redução do capital social da Emissora, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada por Debênturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim, conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xix) descumprimento da destinação dos recursos captados por meio da Oferta Restrita, conforme prevista no item 3.4 desta Escritura de Emissão;
- (xx) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças, necessárias para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, Garantidoras e/ou suas controladas, não regularizados no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, após o qual poderá ser declarado o vencimento antecipado mediante aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) das Debêntures em circulação em primeira convocação, ou 30% (trinta por cento) das Debêntures em circulação em segunda convocação, em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (xxi) falta de pagamento de dívidas ou descumprimento de obrigações pecuniárias pela Emissora, Garantidoras e/ou suas controladas, observados os prazos de cura previstos nos respectivos Instrumentos, se aplicável, relativos a obrigações devidas aos Coordenadores responsáveis pela Oferta Restrita das Debêntures ou sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico de quaisquer dos Coordenadores;
- (xxii) transferência pela Emissora, Garantidoras e/ou suas controladas, ou por qualquer forma, cessão ou promessa de cessão a terceiros, dos direitos e obrigações adquiridas ou assumidas nos Documentos da Emissão e/ou qualquer de suas cláusulas e condições, sem a prévia anuência dos Debenturistas representando no mínimo 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim;

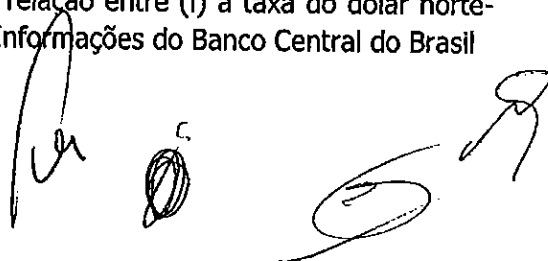
- (xxiii) suspensão, por iniciativa da Emissora, da negociação ou do registro de negociação das Debêntures junto à CETIP; e
- (xxiv) ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada;
- (xxv) descumprimento de qualquer decisão administrativa de entidade regulatória contra a qual não seja obtido efeito suspensivo no prazo de até 10 (dez) dias úteis e que possa, comprovadamente, impactar de maneira significativa as condições econômicas, financeiras e/ou operacionais da Emissora, Garantidoras e/ou suas controladas;
- (xxvi) não entregar ao Agente Fiduciário, em até 120 (cento e vinte) dias da data de integralização das Debêntures, ou não manter pelo prazo restante de vigência das Debêntures, relatório de *rating* publicado pela Fitch Ratings, pela Moodys ou pela Standard & Poor's, indicando a classificação de risco de crédito da emissão de Debêntures, sendo que nesses casos o vencimento antecipado só poderá ser declarado mediante aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) das Debêntures em circulação em primeira convocação, ou 30% (trinta por cento) das Debêntures em circulação em segunda convocação, em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (xxvii) não observância dos seguintes limites e índices financeiros, calculados de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, a serem verificados pelo Agente Fiduciário ao término de cada trimestre fiscal e apurados a partir das demonstrações financeiras consolidadas publicadas pela Emissora, elaboradas em conformidade com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e auditadas por auditor independente registrado na CVM:
- a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos Últimos 12 Meses não poderá ser superior a: (i) para os trimestres fiscais findos em 31 de março de 2010, 30 de junho de 2010 e 30 de setembro de 2010, 3,50x (três vírgula cinquenta vezes); (ii) para os trimestres fiscais findos em 31 de dezembro de 2010, 31 de março de 2011 e 30 de junho de 2011, 3,25x (três vírgula vinte e cinco vezes); (iii) para os trimestres fiscais

findos em 30 de setembro de 2011, 31 de dezembro de 2011, 31 de março de 2012, 3,00x (três vezes); iv) para os trimestres fiscais findos em 30 de junho de 2012 e 30 de setembro 2012, 2,75x (duas vírgula setenta e cinco vezes); e (v) a partir do trimestre fiscal findo em 30 de dezembro de 2012, 2,50x (duas vírgula cinquenta vezes). Ressalvado, no entanto, que caso, em um dado trimestre fiscal ("Trimestre Referência"), o descumprimento do indicador de relação entre Dívida Líquida e o EBITDA dos Últimos 12 Meses, tenha ocorrido em um período onde a Variação Cambial tenha sido positiva e superior a 15% (quinze por cento), fica desde já estabelecido que, somente nesta hipótese, a Emissora fica dispensada do cumprimento deste índice financeiro para este trimestre. Haverá uma nova medição deste indicador, com base nos resultados relativos ao trimestre fiscal imediatamente subsequente ("Trimestre Subsequente"), onde a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos Últimos 12 Meses não poderá ser superior ao limite pré estabelecido relativo ao Trimestre Referência;

- a relação entre o EBITDA dos Últimos 12 Meses e a Despesa Financeira Líquida dos Últimos 12 Meses não poderá ser inferior a 2,50x (duas vírgula cinquenta vezes) em todo o período da operação, até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão;
- a relação entre o EBITDA dos Últimos 12 Meses e a Receita Líquida dos Últimos 12 Meses não poderá ser inferior a 17% (dezessete por cento) em todo o período da operação, até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão.

Para os fins da presente Escritura de Emissão, considera-se: (I) "EBITDA dos Últimos 12 Meses" o somatório dos EBITDAs trimestrais consolidados dos 4 (quatro) últimos trimestres; (II) "EBITDA" o somatório (i) do lucro/prejuízo antes de deduzidos o imposto de renda, a contribuição social sobre o lucro e participações minoritárias, (ii) das despesas de depreciação, amortização e exaustão, (iii) da provisão do IPI – Imposto para Produtos Industrializados, conforme informado nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, (iv) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, (v) das despesas com variação cambial sobre os ativos e passivos financeiros

deduzidas das receitas com variação cambial sobre os ativos e passivos financeiros e (vi) das despesas não recorrentes ou não operacionais deduzidas das receitas não recorrentes ou não operacionais; (III) "Dívida Bruta" o somatório das dívidas onerosas consolidadas junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, exceto contas a pagar com fornecedores, incluindo, mas não limitado a, empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional, o somatório dos avais, fianças, penhores e garantias prestadas a terceiros, antecipação de recebíveis, dívidas tributárias (salvo dívidas tributárias oriundas de provisões já devidamente constituídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora de 31 de dezembro de 2009, elaboradas e auditadas por empresa de auditoria de primeira linha) e do saldo a pagar de operações de derivativos (incluindo operações de hedge); (IV) "Dívida Líquida" a Dívida Bruta deduzida do saldo de Caixa e Aplicações Financeiras (conforme definido a seguir); (V) "Caixa e Aplicações Financeiras" o somatório do saldo em caixa, aplicações financeiras de liquidez imediata, aplicações em contas vinculadas que garantam a Dívida Bruta e do saldo a receber de operações de derivativos (incluindo operações de hedge); (VI) "Despesa Financeira Líquida dos Últimos 12 Meses" o somatório das Despesas Financeiras Líquida trimestrais consolidadas dos 4 (quatro) últimos trimestres; (VII) "Despesa Financeira Líquida" o somatório das despesas de juros, descontos concedidos a clientes em virtude do pagamento antecipado de títulos, comissões e despesas bancárias, e tributos, contribuições e despesas de qualquer natureza oriundos de operações financeiras, incluindo, mas não se limitando a, Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF, descontado do somatório de receitas de aplicações financeiras, juros recebidos, descontos obtidos, bem como de outras receitas financeiras, tudo apurado em bases consolidadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo certo que as despesas com variação cambial sobre os ativos e passivos financeiros deduzidas das receitas com variação cambial sobre os ativos e passivos financeiros da Emissora não deverão ser considerados para fins de apuração da Despesa Financeira Líquida; (VIII) "Receita Líquida dos Últimos 12 Meses" o somatório das receitas líquidas trimestrais consolidadas dos 4 (quatro) últimos trimestres; e (IX) "Variação Cambial" o resultado, expresso em percentagem, da diferença entre (A) o resultado da relação entre (i) a taxa do dólar norte-americano divulgada pelo Sistema de Informações do Banco Central do Brasil



– SISBACEN por meio da Transação PTAX 800, opção 5, venda, vigente na data de encerramento do trimestre fiscal de apuração do indicador financeiro em questão e (ii) a taxa do dólar norte-americano divulgada pelo Sistema de Informações do Banco Central do Brasil – SISBACEN por meio da Transação PTAX 800, opção 5, venda, vigente na data de encerramento do trimestre fiscal imediatamente anterior ao de apuração do indicador financeiro em questão e (B) 1 (um).

4.11.2. Para os fins de que trata essa Escritura de Emissão, "Data de Vencimento Antecipado" será qualquer uma das seguintes datas: (a) na hipótese dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos nos itens (xx) e (xxvi) do item 4.11.1. acima, será a data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o Item 4.11.3. abaixo, exceto se tal Assembleia Geral não aprovar o vencimento antecipado das Debêntures, (b) nas demais hipóteses de Eventos de Vencimento Antecipado previstas no item 4.11.1. acima, será a data em que ocorrer qualquer dos referidos Eventos de Vencimento Antecipado, observado o quanto disposto no item 4.11.2.1. abaixo, quando o vencimento antecipado das Debêntures será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário, independente de notificação nesse sentido, sendo que o Agente Fiduciário deverá comunicar eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures à Emissora no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, de acordo com a Cláusula Nona desta Escritura de Emissão.

4.11.2.1. Nas hipóteses de Vencimento Antecipado previstas nas alíneas (xi), (xii), (xviii) e (xxii) do item 4.11.1, não será declarado o vencimento antecipado caso os Debenturistas tenham aprovado previamente os atos descritos nas referidas alíneas em Assembleia Geral de Debenturistas, observados os respectivos quóras de aprovação.

4.11.3. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos no item 4.11.2.(a) acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 2 (dois) dias úteis contados da data em que for constatada a ocorrência dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

4.11.4. Em caso de declaração do vencimento antecipado pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e de quaisquer

outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 10 (dez) dias úteis contados da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, nos termos da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.13. abaixo (exceto no caso do evento previsto no item 4.11., alínea "a", caso em que os encargos moratórios serão devidos desde a respectiva data em que o pagamento deveria ter sido realizado). Caso o pagamento referido neste item 4.11. seja realizado por meio da CETIP, a CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 1 (um) Dia Útil de antecedência.

4.11.4.1. As Debêntures objeto do procedimento descrito no item 4.11.4. acima serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

4.12. Resgate Antecipado Facultativo

4.12.1. Não será permitido o resgate antecipado facultativo das Debêntures pela Emissora.

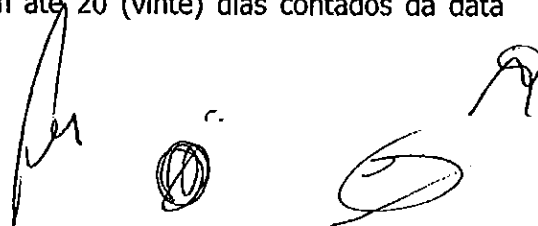
4.13. Multa e Juros Moratórios

4.13.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo da Remuneração prevista nesta Escritura de Emissão, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2,00% (dois por cento) e (II) juros moratórios à razão de 1,00% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso.

4.14. Garantias Fidejussórias

4.14.1. Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, as Garantidoras prestam fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadoras, em caráter solidário, e principais pagadoras, pelo pagamento dos valores devidos nos termos desta Escritura.

4.14.2. Em virtude da fiança de que trata este item 4.14, a presente Escritura de Emissão será registrada nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, em até 20 (vinte) dias contados da data

The bottom of the page features several handwritten signatures and a circular stamp. On the left, there is a long, vertical signature. In the center, there is a circular stamp with some illegible text inside. To the right of the stamp, there is another signature. On the far right, there is a small, stylized signature or mark.

desta Escritura de Emissão.

4.14.3. Cada uma das Garantidoras declara-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora, em caráter solidário, e principal pagadora, pela totalidade da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive, mas não limitado, àqueles valores devidos ao Agente Fiduciário.

4.14.4. Os valores devidos nos termos da presente Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, aos montantes de principal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza, serão devidos e deverão ser pagos pelas Garantidoras imediatamente após o término do período de cura referido no Item 4.11.4., cabendo ao Agente Fiduciário comunicar as Garantidoras sobre a falta de pagamento ou ocorrência de qualquer outro Evento de Vencimento Antecipado. Os pagamentos serão realizados pelas Garantidoras de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão.

4.14.5. As Garantidoras expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 824, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, todos do Código Civil e artigo 595, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

4.14.6. Cada Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar a fiança objeto deste item 4.14.

4.14.7. A presente fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral de todos os valores devidos pela Emissora nos termos da presente Escritura de Emissão.

4.14.8. A presente fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação dos valores devidos nos termos da presente Escritura de Emissão.

4.14.9. Até a liquidação integral das obrigações da Emissora estabelecidas nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia (conforme definido abaixo) e no Contrato de Distribuição ("Obrigações" e "Documentos da Emissão"), cada uma das Garantidoras se compromete a não cobrar, receber ou de qualquer outra forma demandar da Emissora e/ou das demais Garantidoras o pagamento de qualquer valor pago por qualquer uma das

Garantidoras em decorrência da garantia solidária aqui prestada, seja por sub-rogação ou a qualquer outro título. Caso quaisquer das Garantidoras receba qualquer pagamento das demais Garantidoras e/ou da Emissora antes da liquidação integral das Obrigações, em decorrência da obrigação solidária prestada nesta Escritura de Emissão, a respectiva Garantidora receberá tais valores em caráter fiduciário e se compromete a, independentemente de notificação ou outra formalidade, transferir imediatamente ao Agente Fiduciário, em fundos imediatamente disponíveis e transferíveis, até o limite do saldo devedor das Obrigações, os recursos então recebidos. Ainda, a Emissora e cada uma das Garantidoras concorda, em caráter irrevogável e irretratável, que a totalidade de suas respectivas obrigações aqui estipuladas não se subordinam, sob qualquer forma, às garantias reais estipuladas nesta Escritura de Emissão, sendo facultado ao Agente Fiduciário executar as garantias prestadas, em conjunto ou isoladamente, nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Emissão da forma e modo neles estabelecidos.

4.14.10. A fiança prestada nos termos deste item 4.14. vincula cada uma das Garantidoras, bem como seus sucessores a qualquer título, inclusive na hipótese de qualquer reorganização societária, cisão, fusão, incorporação, alienação de controle, que ocorra com qualquer das Garantidoras, devendo estas, ou seus sucessores, a qualquer título, assumirem prontamente a fiança prestada nos termos desta Escritura. Nesta hipótese, a presente Escritura de Emissão deverá ser aditada para que constem os dados da(s) sociedade(s) sucessora(s) da(s) Garantidora(s).

4.14.10. O patrimônio líquido da Irani Trading, em 30 de setembro de 2009, era de R\$3.220.921,55 (três milhões, duzentos e vinte mil, novecentos e vinte e um reais e cinquenta e cinco centavos). A Irani Participações não disponibiliza demonstrações financeiras trimestrais, sendo que seu patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2008 era de R\$21.347.706,05 (vinte e um milhões, trezentos e quarenta e sete mil, setecentos e seis reais e cinco centavos).

4.15. Garantias Reais

4.15.1 As Debêntures contarão com as seguintes garantias reais:

- (a) alienação fiduciária em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, de imóvel de propriedade da Emissora, em conformidade com os termos e condições do "Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel Irani e Outras Avenças" a ser

celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel Irani") e registrado junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente até 10 (dez) Dias Úteis após a sua assinatura, a qual garantirá a dívida representada pelas Debêntures até o limite de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) ou, caso tenha sido previamente excutida a garantia objeto do item 4.15.1(c) abalxo, garantirá a dívida representada pelas Debêntures até o limite de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais). O processo de georreferenciamento, de que trata a Lei 10.267, de 28 de agosto de 2001 (conforme alterada), do imóvel objeto do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel Irani não está, nesta data, concluído;

- (b) alienação fiduciária em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, de imóvel de propriedade da Irani Trading, em conformidade com os termos e condições do "Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel Trading e Outras Avenças" a ser celebrado entre a Irani Trading, o Agente Fiduciário e a Emissora e registrado junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente até 10 (dez) Dias Úteis após a sua assinatura ("Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel Trading"), a qual garantirá a dívida representada pelas Debêntures até o limite de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais). O processo de georreferenciamento, de que trata a Lei 10.267, de 28 de agosto de 2001 (conforme alterada), do imóvel objeto do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel Trading não está, nesta data, concluído;
- (c) penhor agrícola em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos titulares das Debêntures, de ativos florestais de propriedade da Emissora, em conformidade com os termos e condições do "Instrumento Particular de Contrato de Penhor Agrícola e Outras Avenças" a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário e registrado junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente até 10 (dez) Dias Úteis após a sua assinatura ("Contrato de Penhor Agrícola");
- (d) cessão fiduciária em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, de direitos creditórios de titularidade da Emissora e da Trading, incluindo o direito ao recebimento de quaisquer valores que seriam a elas devidos na hipótese de ser apurado, quando da execução de cada um dos imóveis objeto de garantia de que tratam os Itens 4.15.1(a) e (b), valor

superior à parcela da dívida garantido por tais imóveis, em conformidade com os termos e condições do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária e Promessa de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Penhor de Direitos e Outras Avenças" a ser celebrado entre a Emissora, a Irani Trading o Agente Fiduciário e o Sr. Pericles Pereira Druck e registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes no prazo de até 20 (vinte) dias após a sua assinatura ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios") e

- (e) cessão fiduciária em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, de certos títulos, bens e direitos de propriedade da Emissora, decorrentes de investimentos feito em conta vinculada, em conformidade com os termos e condições previstos no "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Bens e Ativos Financeiros em Garantia" a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário e registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes no prazo de até 20 (vinte) dias após a sua assinatura (o "Contrato de Cessão Fiduciária de Ativos" e, conjuntamente com o Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel Irani, o Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel Trading, o Contrato de Penhor Agrícola e o Contrato de Alienação Fiduciária de Direitos Creditórios, os "Contratos de Garantia").

4.16. Local de Pagamento

4.16.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora por meio da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas junto à CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados junto ao Agente Escriturador.

4.17. Prorrogação dos Prazos

4.17.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária por quaisquer partes, inclusive os Debenturistas, prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o respectivo vencimento coincidir com dia em que não seja um Dia Útil, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, e ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.18. Publicidade

4.18.1. Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, no Jornal do Comércio de Porto Alegre – RS e no jornal Valor Econômico, utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações e pela CVM.

4.19. Imunidade dos Debenturistas

4.19.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de pagamentos referentes às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

Cláusula Quinta – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (a) Contratar às suas custas, em até 90 (noventa) dias contados da subscrição e integralização das Debêntures, a Fitch Ratings, Moodys ou Standard & Poor's para atribuir classificação de risco (*rating*) às Debêntures ("Agência de Rating"), obrigando-se, a partir de então, a: (i) manter a Agência de Rating contratada durante todo o prazo de vigência das Debêntures para que esta divulgue relatório de classificação de risco (*rating*) das Debêntures com periodicidade, no mínimo, anual; (ii) manter atualizada, pelo menos anualmente e enquanto houver Debêntures em circulação, a classificação de risco (*rating*) que venha a ser atribuída às Debêntures; (iii) divulgar ou permitir que a Agência de Rating divulgue relatório ou súmula de classificação de risco (*rating*) das Debêntures e suas respectivas atualizações; e (iv) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco (*rating*) atribuída às Debêntures;

(b) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) cópia de seus demonstrativos financeiros anuais completos, na mesma data em que tais demonstrativos forem entregues à CVM, acompanhados de parecer dos auditores Independentes, demonstrativos estes que serão preparados de acordo com a regulamentação brasileira e os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (ii) dentro de, no máximo, 100 (cem) dias corridos após o término de cada exercício social, declaração do Diretor de Relação com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das obrigações da Emissora descritas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia;
- (iii) dentro de 5 (cinco) dias úteis após a publicação de suas demonstrações financeiras trimestrais consolidadas, memória de cálculo dos índices financeiros objeto do item 4.11.1(xxvii);
- (iv) dentro de 10 (dez) dias úteis, qualquer informação que, razoavelmente, lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- (v) cópia das informações periódicas e eventuais pertinentes à Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 480/09"), com a mesma periodicidade prevista para o envio dessas informações à CVM;
- (vi) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.18. acima;
- (vii) "Avulsos aos Debenturistas", fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração que de alguma forma envolvam o interesse dos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 480/09 ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;



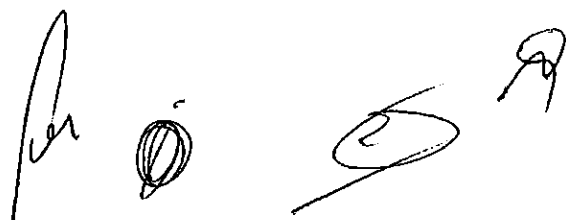
- (viii) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do descumprimento, sem prejuízo do disposto na alínea (g) abaixo;
e
 - (ix) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário ou que venha a ser por este solicitada para cumprir determinação estabelecida em ordem emanada por autoridade competente, regulamentação ou lei aplicável;
- (c) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
 - (d) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta na CVM na forma da legislação e regulamentação aplicáveis, e disponibilizar aos seus acionistas e aos Debenturistas, pelo menos trimestralmente, as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações;
 - (e) manter, em adequado funcionamento, um órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas;
 - (f) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
 - (g) informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no Item 4.11.1. da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão;
 - (h) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
 - (i) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

- (j) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou Informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- (k) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (l) manter seus bens e ativos (com exceção de seus ativos florestais) devidamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- (m) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social e com esta Escritura de Emissão, em especial, os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- (n) cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (o) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
- (p) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Escriturador, o Agente Fiduciário, a Agência de Rating e sistema de negociação no mercado secundário;
- (q) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;

- (r) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora;
- (s) efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis comprovadas pelo Agente Fiduciário que sejam necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão; e
- (t) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável.

5.2. As despesas a que se refere a alínea (s) do Item 5.1. acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora, bem como das demais Comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, e não entregues dentro de 20 (vinte) dias corridos;
- (c) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que os valores relativos a essas despesas estarão limitados àqueles usualmente incorridos pela Emissora em relação aos seus próprios empregados, para suas viagens e hospedagem;
- (d) despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias reais objeto do item 4.15 acima, assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de vencimento antecipado das Debêntures, devendo, em qualquer caso, realizar no mínimo três cotações com empresas com sabida experiência e reputação ilibada no



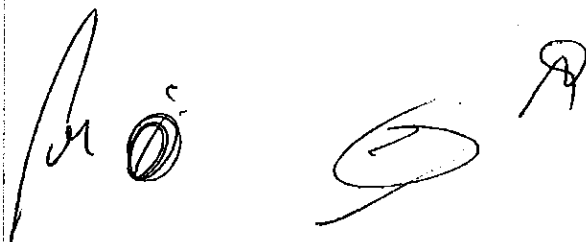
mercado; e

- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos interesses dos Debenturistas.

5.2.1. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e ressarcidas pela Emissora imediatamente após solicitação recebida do Agente Fiduciário, desde que razoáveis, dentro dos parâmetros do mercado e devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos Debenturistas.

5.3. Sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09:

- (a) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (b) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor registrado na CVM;
- (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (d) manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM n.º 358/02"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;



- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer "Fato Relevante", conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM n.º 358/02, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente ao Coordenador Líder da Oferta Restrita; e
- (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.

Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui como agente fiduciário da Emissão, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., acima qualificada, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 28/83"), ou demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;

- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28/83;
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular BACEN n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada, e das demais disposições emanadas do Banco Central do Brasil;
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- (j) verificou, com base nas informações disponibilizadas conforme o Item 3.7. acima, a observância, pela Companhia, do limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
- (k) é uma instituição financeira, estando devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras; e
- (l) esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.4. Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e da Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade:

- I. receberá uma remuneração a ser paga da seguinte forma;
 - (a) parcelas semestrais de R\$15.000,00 (quinze mil reais), sendo a primeira devida no 5º Dia Útil após a Data de Emissão e as demais a cada 6 (seis) meses após o pagamento da primeira parcela;
 - (b) a remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures caso o

Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora e desde que tal pagamento não incorra em duplicidade com as parcelas trimestrais mencionadas;

- (c) as parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do IGPM ou, na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro-rata die*;
- (d) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento);
- (e) as parcelas serão acrescidas de (i) Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS) (ii) Programa de Integração Social (PIS); (iii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), (iv) Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), (v) Imposto de Renda Retido na Fonte e (vi) quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o imposto de renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
- (f) em caso de inadimplemento, pecuniário ou não, pela Emissora, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$400,00 (quatrocentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado às atividades relacionadas à Emissão e às Debêntures, a ser paga no prazo de 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário à Emissora, de "Relatório de Horas". As atividades a que se refere este item estão relacionadas (i) à execução de garantias, (ii) à assessoria aos Debenturistas em processo de renegociação requerido pela Emissora; (iii) ao comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas, e (iv) à implementação das decisões tomadas pelos Debenturistas.

II. será reembolsado pela Emissora por todas as despesas razoáveis que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 10 (dez) dias contados da entrega dos documentos comprobatórios.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de Interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme já verificado em declaração prestada acima;
- (e) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, conforme já verificado em declaração prestada acima;
- (f) promover, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCERGS, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários à referida inscrição;
- (g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (i) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da Emissora,

bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;

- (j) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (k) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa previstos no item 4.18. acima;
- (l) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora e, para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM; os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - i. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - ii. alterações estatutárias ocorridas no período;
 - iii. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - iv. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - v. resgate, amortização, repactuação e pagamentos da Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - vi. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos

administradores da Emissora;

- vii. relação dos bens e valores entregues à sua administração em razão das Debêntures;
 - viii. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão; e
 - ix. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
- (n) disponibilizar o relatório a que se refere o Inciso anterior até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- i. na sede da Emissora;
 - ii. na sede do Agente Fiduciário;
 - iii. na CVM;
 - iv. na CETIP; e
 - v. na sede das Instituições financeiras que atuaram como Coordenadores na colocação das Debêntures.
- (o) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de Informações junto à Emissora, ao Banco Mandatário, ao Agente Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Banco Mandatário, o Agente Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos titulares;

- (r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (s) verificar o cumprimento, pela Emissora, da obrigação de manter contratada Agência de Rating para atualização do relatório de classificação de risco (*rating*) das Debêntures, nos termos da alínea (a) do Item 5.1. acima; e
- (t) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos Interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP.

6.6. Sem prejuízo do disposto no Item 4.11. acima, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora e/ou as Garantidoras para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras, nos termos da legislação aplicável;
- (c) executar as garantias reais e fidejussórias objeto dos itens 4.14. e 4.15. desta Escritura de Emissão, judicial ou extrajudicialmente, recebendo o produto da cobrança e aplicando-o no pagamento dos Debenturistas; e
- (d) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a), (b) e (c) acima se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas. Na hipótese prevista na alínea (d), o Agente Fiduciário se eximirá da responsabilidade de que trata o item 6.6. acima se,

convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação.

6.7. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura da presente Escritura de Emissão até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.7.1. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 5 (cinco) dias úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a escolha, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.

6.7.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

6.7.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.4. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela semestral devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.7.5. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à

comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM n.º 28/83 e eventuais normas posteriores.

6.7.6. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCERGS junto com a presente.

6.7.6.1. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item 4.18. acima.

6.7.6.2. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento a esta Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.7.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

Cláusula Sétima – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá, conforme quem a tenha convocado, na forma do item 7.2. desta Cláusula Sétima, respectivamente, ao Agente Fiduciário, à Emissora, ao titular de Debêntures eleito pelos demais Debenturistas presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação e em

segunda convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, o número de Debêntures em circulação necessário para aprovação da matéria a ser deliberada.

7.5. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por Debenturistas representando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

7.6. Quaisquer alterações (i) no prazo de vigência das Debêntures, (ii) na Remuneração (com exceção da deliberação de que trata o item 4.9.7. acima), (iii) no quorum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas e/ou (iv) nos Eventos de Vencimento Antecipado, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

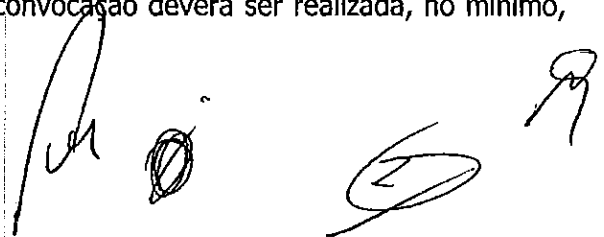
7.7. A eventual renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do Item 4.11.2.(b) desta Escritura de Emissão, deverá ser aprovada por Debenturistas representando não menos que 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação.

7.8. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria ou que sejam pertencentes ao acionista controlador da Emissora ou a qualquer de suas controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes de segundo grau.

7.9. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.10. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

7.11. A Assembleia Geral objeto da segunda convocação deverá ser realizada, no mínimo,

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in black ink. From left to right, there is a large, stylized signature, a circular stamp or mark, another signature, and a final mark that looks like a stylized 'R' or '9'.

8 (oito) dias após a data prevista para a realização da Assembleia Geral objeto da primeira convocação.

Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de capital aberto de acordo com as leis brasileiras, e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures, à realização da Oferta Restrita e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto, exceto quanto aos requisitos descritos na Cláusula Segunda acima;
- (c) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculativas da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;
- (e) a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento de suas obrigações aqui previstas, a emissão das Debêntures e a realização da Oferta Restrita não infringem ou contrariam (a) qualquer contrato ou documento relevante para os negócios da Emissora, nem resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou documentos; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto pelas garantias reais de que trata o item 15. desta Escritura de Emissão; ou

(iii) rescisão de qualquer desses contratos ou documentos; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;

- (f) tem, assim como suas controladas, todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (g) cumpre, assim como suas controladas, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, relevantes e indispensáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, bem como a legislação trabalhista-previdenciária brasileira atualmente em vigor, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social; e está, assim como suas controladas, obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos Municipais, Estaduais e Federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor e não há quaisquer circunstâncias que possam razoavelmente embasar uma ação ambiental, trabalhista e/ou previdenciária contra a Emissora, nos termos de qualquer legislação aplicável, que possa razoavelmente resultar em um Efeito Adverso Relevante (conforme definido abaixo);
- (h) a Emissora mantém cobertura de seguro com seguradoras de reconhecida capacidade financeira contra perdas e riscos e em valores que estão de acordo com a região geográfica e os negócios em que está engajada, com exceção de seus ativos florestais; a Emissora não tem qualquer razão para acreditar que não conseguirá renovar os seguros existentes quando expirar a cobertura ou obter cobertura conforme necessário para dar continuidade aos seus negócios a um custo que não resultaria razoavelmente em Efeito Adverso Relevante;

The block contains three handwritten marks. On the left is a large, stylized signature. In the center is a small, circular stamp or mark. On the right is another signature, with a small arrow pointing upwards and to the right above it.

- (i) suas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008, e aos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2008 e 2009 representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (j) as informações fornecidas pela Emissora aos Investidores Qualificados no contexto da Oferta Restrita, e as informações públicas fornecidas pela Emissora, incluindo, entre outras, o formulário de Informações Anuais – IAN, Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP e Informações Trimestrais – ITR são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;
- (k) não omitiu ou omitirá nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Investidores Qualificados nas Debêntures;
- (l) inexistirá (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, Inquérito ou outro tipo de investigação governamental em curso ou, em seu conhecimento, pendente, que possa vir a causar um Efeito Adverso Relevante;
- (m) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (n) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Oferta Restrita aos fins previstos no Item 3.4. desta Escritura de Emissão;
- (o) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da

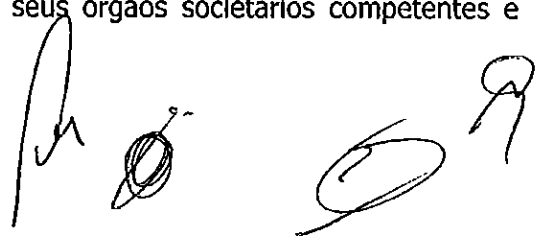
remuneração das Debêntures, inclusive nas hipóteses de vencimento antecipado, resgate antecipado e aquisição facultativa nos termos desta Escritura de Emissão, foi acordada por livre vontade entre a Emissora e a instituição intermediária líder responsável pela Oferta Restrita, em observância ao princípio da boa-fé;

- (p) o registro de companhia aberta da Emissora está atualizado perante a CVM; e
- (q) tem ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie que as Debêntures, dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

8.1.1. Para fins desta Cláusula, "Efeito Adverso Relevante" significa qualquer circunstância ou fato, atual ou contingente, alteração ou efeito sobre a Emissora, que modifique de forma relevante e adversa a condição econômica, financeira, jurídica ou de qualquer outra natureza, da Emissora, de modo a afetar relevantemente a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Emissão.

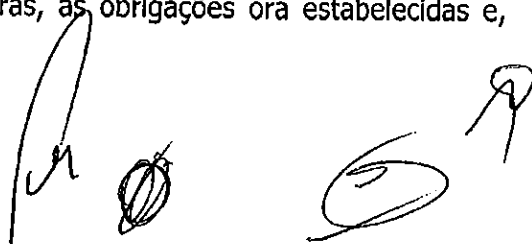
8.2. As Garantidoras declaram e garantem ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) são sociedades devidamente constituídas, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil;
- (b) as obrigações assumidas nesta Escritura constituem, e cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura de Emissão constituirá, obrigação legalmente válida, vinculante e exigível de cada Garantidora, exequível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;
- (c) a celebração da presente Escritura e a outorga da garantia fidejussória objeto do Item 4.14 e das garantias reais objeto do Item 4.15, conforme aplicável, foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e



não infringem (i) seu contrato social ou estatuto social, conforme aplicável; ou
(ii) qualquer lei ou restrição contratual que as vincule ou afete;

- (d) todas as suas atividades são conduzidas de acordo com a legislação ambiental, bem como a legislação trabalhista-previdenciária brasileira em vigência atualmente ou até que as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas e que, portanto, nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pelas Garantidoras de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão e da garantia fidejussória objeto do item 4.14 e das garantias reais objeto do item 4.15, ou para a realização da Emissão exceto pelo registro da Escritura de Emissão na JUCERGS e nos Cartório de Registro de Títulos e Documentos competentes, o registro das Debêntures junto ao SDT e ao SND e o registro dos Contratos de Garantia nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos e/ou Cartórios de Registro de Imóveis competentes, conforme indicado nos referidos contratos;
- (e) a celebração da presente Escritura de Emissão e a outorga da garantia fidejussória objeto do item 4.14 e das garantias reais objeto do item 4.15, conforme aplicável, não infringem qualquer contrato ou instrumento dos quais as Garantidoras sejam parte, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus ou gravames sobre qualquer ativo ou bem das Garantidoras, exceto por aqueles já existentes na presente data, (iii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;
- (f) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou, que seja do conhecimento das Garantidoras, iminente envolvendo quaisquer Garantidoras perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa impedir a outorga da garantia fidejussória objeto do item 4.14 e das garantias reais objeto do item 4.15;
- (g) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes para assumir, em nome de cada uma das Garantidoras, as obrigações ora estabelecidas e,



sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

- (h) as Demonstrações Financeiras das Garantidoras representam corretamente a posição financeira das Garantidoras nas data e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências das Garantidoras, responsabilizando-se a Emissora, solidariamente com as Garantidoras, pela veracidade, consistência e completude de tais informações;
- (i) não omitiram, ou omitirão, nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica das Garantidoras em prejuízo dos Debenturistas; e
- (j) não têm qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação à outorga da garantia fidejussória objeto do item 4.14 e das garantias reais objeto do item 4.15.

Cláusula Nona – DAS NOTIFICAÇÕES

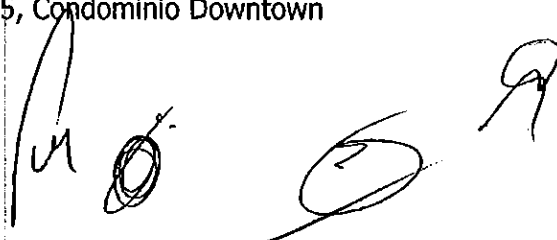
9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Rua General João Manoel, 157 - 9º andar
Porto Alegre – RS CEP 90.010-030
At.: Sr. Odivan Cargnin
Tel.: (49) 3527-5104
Fax: (49) 3527-5182
E-mail: odivancargnin@irani.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Avenida das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown



Rio de Janeiro – RJ CEP 22.640-100

At: Sr. Gustavo Dezouart

Tel.: (21) 3514-0000

Fax: (21) 3514-0099

E-mail: gustavo@oliveiratrust.com.br e agente@oliveiratrust.com.br

Para o Banco Mandatário:

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, 7º andar

São Paulo – SP CEP 04.309-010

At.: Claudia Vasconcellos

Tel.: (11) 5029-1910

Fax: (11) 5029-1920

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

Para o Agente Escriturador:

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, -7º andar

São Paulo – SP CEP

At.: Claudia Vasconcellos

Tel.: (11) 5029-1910

Fax: (11) 5029-1920

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

Para a Irani Participações S.A.

Rua General João Manoel, 157, 16º andar

Porto Alegre - RS CEP 90.010-030

At.: Pericles Pereira Druck

Tel.: (51) 3220-3542

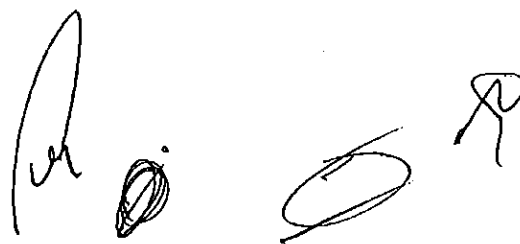
Fax: (51) 3220 3542

E-mail: periclesdruck@irani.com.br

Para a Irani Trading S.A.

Rua General João Manuel, 157, 9º andar

Porto Alegre - RS CEP 90.010-030



At.: Mircon Roberto Becker
Tel.: (49) 3527-5143
Fax: (49) 3527-5182
E-mail: mircobecker@irani.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

9.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra Parte pela Parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência.

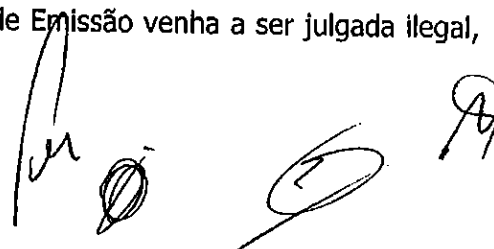
9.4. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto no item 9.3. acima serão arcados pela Parte inadimplente.

Cláusula Dez – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que calha ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será Interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal,



inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, reconhecendo a Emissora e as Garantidoras, desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

Cláusula Onze – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 5 (cinco) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 12 de março de 2010

[REstante da página intencionalmente deixado em branco]

[PÁGINA DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª
EMIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, COM GARANTIA
REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA
CELULOSE IRANI S.A.]

CELULOSE IRANI S.A.

Nome: Péricles da Freitas Druck
Cargo: Diretor - Presidente

Nome: Péricles Pereira Druck
Cargo: Diretor Superintendente

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Nome: Antonio Amaro R. de O. e Silva
Cargo: Gerente

IRANI PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome: Péricles Pereira Druck
Cargo: Diretor Superintendente

Nome: Péricles Roussong
Cargo: CPF 078.203.130-72
Diretor

IRANI TRADING S.A.

Nome: Péricles Pereira Druck
Cargo: Diretor Superintendente

Nome: Péricles Roussong
Cargo: CPF 078.203.130-72
Diretor

Testemunhas:

Nome: Marisa da Silva Bonfiglio
RG: 1015347998
CPF: 13163493068

Nome: Patrícia da Silva Machado
RG: 1050221769
CPF: 67670369000